

ANÁLISE DOS DESAFIOS À GESTÃO DAS ATIVIDADES ELETIVAS EM UMA EEMTI NO CEARÁ

Sophia Bastos e Túlio ¹

RESUMO

O presente artigo² trata da investigação empreendida na Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Matias Beck, no município de Fortaleza/CE, com o propósito de identificar os desafios à gestão das atividades eletivas durante o triênio 2016-2018, bem como propor um Plano de Ação Educacional com estratégias de enfrentamento dos problemas, a partir da análise das dificuldades apresentadas. A pesquisa, pautada na metodologia de estudo de caso, teve como objetivo compreender como ocorreram o planejamento, a divulgação, a execução e a avaliação das atividades eletivas. Para isso, foram abordados, inicialmente, o contexto da implantação da Política de Ensino Médio em Tempo Integral no Estado do Ceará e as circunstâncias do processo de transição para o tempo integral na escola pesquisada. Fundamentada, em especial, por concepções de educação integral, educação em tempo integral, currículo, planejamento e avaliação, a coleta de dados contou com técnicas de consulta a leis e documentos oficiais, exame de registros, entrevista semiestruturada, observação participante e aplicação de questionários. As evidências reunidas indicaram problemas ocasionados, sobretudo, pelo caráter recente da citada política educacional na Rede Estadual de Ensino do Ceará, apontando para a necessidade de realização de ajustes referentes à gestão dos tempos eletivos, visando à apropriada adequação da instituição ao Programa EMTI.

Palavras-chave: Educação integral, Ensino Médio em Tempo Integral, Gestão das atividades eletivas.

INTRODUÇÃO

Com uma trajetória instável, marcada pela indefinição de políticas educacionais divergentes, a função do ensino médio no Brasil tem oscilado entre propedêutica e profissionalizante, o que lhe confere um status de dualidade e fragmentação (Ciavatta; Ramos, 2011). Intencionando transcender essa condição, baseado no “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988), foi criado o tempo integral nas escolas de ensino médio.

Apoiada no texto constitucional, assim como nas Leis nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, e nº 13.415/2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio, a

¹ Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública, pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, sophiat.mestrado@caed.ufjf.br;

² Este artigo é resultado de um recorte da dissertação intitulada *A gestão das atividades eletivas em uma EEMTI no Ceará: análise dos desafios do processo de implementação no triênio 2016-2018*, desenvolvida pela mesma autora deste trabalho, no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública - CAEd/UFJF, sob a orientação do Prof. Dr. Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo.

Política de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) definiu para essa etapa da escolarização, em rede nacional, a progressiva ampliação da jornada anual de 800 horas para 1400 horas e a reorganização curricular, que “deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural” (BRASIL, 2017). Afora as disciplinas da base comum, às quais serão reservados 60% da carga horária, o currículo do ensino médio destinará os 40% restantes do tempo escolar a uma parte flexível, alinhada a cinco itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; formação técnica e profissional.

No Ceará, o tempo integral foi lançado pela Secretaria da Educação (SEDUC) em janeiro de 2016, anterior ao programa nacional, com a implantação de um projeto-piloto em 26 escolas. Regulamentado no ano seguinte pela aprovação da Lei Estadual nº 16.287/2017, o projeto foi estendido a mais 45 escolas, em 2017, e a outras 40 instituições, em 2018. Estabelecendo uma jornada semanal de 45 horas-aula, em um total de 1800 horas anuais, a Política de Ensino Médio em Tempo Integral na Rede Estadual de Ensino, do mesmo modo, segmenta o currículo em parte comum, correspondente a 30 horas-aula, e parte flexível, com 15 horas-aula. Destas, 10 horas são reservadas às atividades eletivas, componentes curriculares que visam à diversificação do currículo e à formação dos itinerários formativos.

A Escola de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Matias Beck foi uma das instituições participantes do primeiro ciclo da referida política no estado. Localizada no município de Fortaleza, a escola iniciou a mudança para o tempo integral em 2016, quando ainda era denominada Escola de Ensino Fundamental e Médio Matias Beck, completando a transição em 2018. Em virtude do pouco tempo de implantação da modalidade integral e pretendendo a efetiva adequação das ações promovidas na instituição às características e finalidades da política, foram evidenciadas a demanda e a pertinência de uma pesquisa cujo principal objetivo fosse a identificação dos desafios impostos à gestão das atividades eletivas na escola pesquisada, durante o período de sua transição para o tempo integral, isto é, de 2016 a 2018.

Tendo como fundamento teórico a compreensão de tópicos relacionados, em especial, às concepções de educação integral, educação em tempo integral, currículo, planejamento e avaliação, a pesquisa exposta neste artigo partiu do estudo de caso realizado na escola em pauta, ocupando-se da observação e da análise dos parâmetros, recursos e estratégias utilizados na condução dos procedimentos que envolvem, principalmente, o planejamento, o registro, a divulgação, a execução e a avaliação das atividades eletivas.

Entre as questões determinantes para a identificação de possíveis dificuldades enfrentadas na implementação das eletivas, este estudo investigou: quais e em que momentos foram direcionadas as orientações aos alunos sobre a escolha das atividades eletivas; com que periodicidade e participantes ocorreram os encontros de planejamento das eletivas; que critérios prioritários foram utilizados na seleção das eletivas e de seus professores, voluntários e monitores; que fatores principais embasaram a idealização dos itinerários formativos ofertados aos estudantes; que parâmetros foram adotados para a organização dos horários dos tempos eletivos; quais os registros das eletivas e clubes estudantis; quem elaborou e o que incluíam as ementas das eletivas; como foi realizado o controle de frequência das turmas de eletivas; quais e com que regularidade foram aplicados procedimentos de avaliação às atividades eletivas e aos seus alunos, entre outros aspectos.

As informações obtidas na investigação, por meio de técnicas variadas de coleta de dados, apontaram para a necessidade de ajustes em alguns aspectos do processo de implementação das eletivas. Em razão disso, o estudo também apresentou uma proposta de ação para o núcleo gestor da escola pesquisada desenvolver junto aos seus professores e alunos, com recomendações como: a padronização das orientações aos estudantes quanto à escolha das eletivas, enfatizando sua importância para a formação integral dos indivíduos e demonstrando sua conexão com o projeto de vida; a sistematização do planejamento das atividades eletivas, de modo a ensejar o arranjo de diferentes itinerários formativos; a uniformização dos registros; a otimização do processo de inscrições das eletivas; a normatização do controle da frequência das turmas; a institucionalização dos procedimentos de avaliação; o enfrentamento de outras dificuldades, além de uma referência de organização curricular para as eletivas.

METODOLOGIA

Alicerçada no estudo de caso, de natureza descritiva e exploratória, realizado na EEMTI Matias Beck, a pesquisa teve início com a consulta a documentos de origens diversas sobre a implantação da Política de Ensino Médio em Tempo Integral em escolas públicas regulares da rede estadual de ensino do Ceará: Diário Oficial do Estado com a publicação da Lei nº 16.287/2017; Notas Técnicas SEDUC-CE com orientações para as escolas de tempo integral; Projeto Político-Pedagógico das escolas de tempo integral, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação; Catálogo de Atividades Eletivas; slides de apresentação do Seminário Escolas em Tempo Integral, promovido pela SEDUC-CE; notícias publicadas no portal da SEDUC-CE e outros documentos oficiais que regulamentam a política. Outras leis federais e estaduais foram

consultadas, entre elas: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 13.005/2014, a Lei nº 16.025/2016, que definiu o Plano Estadual de Educação 2016-2024, a Lei nº 13.415/2017 e as Portarias MEC nº 1.145/2016 e 727/2017.

Também foram examinados os registros escolares da implantação do tempo integral na EEMTI Matias Beck, como: tabelas com as ementas das atividades eletivas na escola; pastas de ocorrências disciplinares; relação de funcionários; dados, no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE ESCOLA), de matrículas, aprovação, reprovação e abandono; minutas de projetos; Projeto Político-Pedagógico da escola. Para a obtenção de mais dados preliminares, foi realizada pela autora do estudo uma entrevista semiestruturada com os integrantes do núcleo gestor da escola e do apoio (diretora, coordenadoras, assessor administrativo-financeiro e secretária) e uma observação participante em campo, que permitiu a análise da rotina de atividades e comportamentos dos estudantes e professores durante as eletivas do tempo integral. Associada a esses métodos, a leitura seletiva e reflexiva de um vasto referencial bibliográfico assegurou o referencial teórico da pesquisa.

Ambicionando reunir mais evidências que fornecessem respostas específicas para as indagações concebidas nos objetivos da investigação, foram aplicados questionários aos sujeitos da pesquisa. Dentre eles, foram respondentes: 1 coordenadora escolar, 14 professores de eletivas e 56 alunos veteranos. Para a coordenadora escolar, foi destinado um questionário com 18 questões, que tinham a intenção de sondar, entre outros pontos: a promoção e o registro dos planejamentos para as atividades eletivas/ clubes estudantis; os critérios utilizados na seleção das eletivas e de seus professores; os parâmetros adotados para a organização dos tempos eletivos; as orientações aos alunos para a escolha das eletivas; a supervisão da avaliação e da frequência das eletivas; dificuldades enfrentadas na gestão das eletivas.

O questionário dirigido aos professores de eletivas continha 9 questões que buscavam identificar fatores como: a elaboração do planejamento e das ementas das atividades; os procedimentos de avaliação aplicados às eletivas de acordo com as orientações normativas da SEDUC-CE; a execução de métodos de avaliação e o controle de frequência das eletivas; dificuldades enfrentadas na condução das atividades.

Aos estudantes, foi aplicado um terceiro questionário com 15 questões, que possuíam a pretensão de: entender como ocorreu a orientação aos alunos quanto à escolha das eletivas, em conformidade com os itinerários formativos e seu projeto de vida; obter informações sobre a realização da avaliação e da frequência das atividades, dentre outros aspectos.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto Político-Pedagógico do Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará prevê que “a noção de integralidade não consiste apenas em ampliar o tempo, mas em atender os estudantes nas suas necessidades de formação integral” (CEARÁ, 2017b, p. 9). Guará (2006) reafirma essa ideia explicando que experiências de ampliação do tempo escolar podem ser enquadradas como iniciativas de educação integral, desde que suas ações sejam integradas, objetivando a formação integral dos educandos, que perpassa a noção de multidimensionalidade dos indivíduos. A esse respeito, o Ministério da Educação instrui que “educação integral representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões” (BRASIL, 2018).

Apesar de sua polissemia, uma característica comum aos vários conceitos de educação integral é “a aprendizagem através do meio, o que significa através de vivências e não da transmissão direta e meramente formal de conhecimentos” (CAVALIERE, 2002, p. 260). No Brasil, as propostas de educação integral têm-se caracterizado, principalmente, pela ampliação da jornada e pela proposição de um currículo diferenciado, dividido, em geral, em núcleo comum e atividades extracurriculares (eletivas).

Partindo da definição que currículo é “o conjunto de experiências pedagógicas organizadas e oferecidas aos alunos pela escola, experiências essas que se desdobram em torno do conhecimento” (MOREIRA, 2008, p. 6 apud GALIAN; SAMPAIO, 2012, p. 404), o currículo da escola de educação integral em tempo integral deve ultrapassar o aspecto cognitivo e ser integrado, de forma a proporcionar um projeto educativo dialógico e transformador (ZANARDI, 2016), capaz de “entrelaçar as diferentes áreas do conhecimento a fim de responder a uma multiplicidade de exigências do indivíduo e do contexto em que se vive” (FELÍCIO, 2012, p. 7).

O projeto curricular do Programa EMTI no Ceará está baseado em quatro pilares pedagógicos: a pesquisa como princípio pedagógico, o trabalho como princípio educativo, a desmassificação do ensino e os itinerários formativos diversificados (CEARÁ, 2017b). Para alinhar o currículo ao ideal formativo defendido, as escolas participantes do programa precisam discutir sobre o tipo de conhecimento a ser ofertado, visando, com a ampliação da jornada, à melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Na perspectiva da educação integral, o retorno das ações planejadas deve ocorrer de maneira processual. No caso da avaliação da aprendizagem, a medida deve ser educativa, fomentando ao estudante a compreensão de seu desempenho e ao professor e à escola a identificação das dificuldades e talentos de seus alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além das premissas do EMTI no Ceará, contidas nos documentos oficiais que regulamentam a política, o arcabouço teórico abordado no desenvolvimento deste artigo serviu de base para a análise dos dados coletados dos três diferentes questionários respondidos pelos sujeitos da pesquisa. O ponto de partida para o exame pretendido foi a descrição analítica dos dados, de acordo com os seguintes blocos de categorias temáticas relacionadas às atividades eletivas: orientações aos estudantes, planejamento (critérios de seleção de eletivas e professores/ voluntários/ monitores, itinerários formativos, organização dos horários, registros), frequência, avaliação e dificuldades.

Os resultados convergiram para a necessidade de ações de: uniformização das informações repassadas aos alunos sobre questões ligadas às atividades; universalização e sistematização dos métodos de planejamento das eletivas, principalmente, quanto aos critérios de seleção das atividades e de seus professores, voluntários e monitores, à estruturação dos itinerários formativos, ao arranjo dos horários e aos registros; formalização do controle da frequência das turmas de eletivas; institucionalização dos procedimentos de avaliação para as eletivas; enfrentamento de outras dificuldades, buscando a superação das adversidades respeitantes a aspectos da gestão das eletivas, como o planejamento, a elaboração de registros, a aplicação de procedimentos de avaliação e a compreensão do funcionamento das atividades.

A recomendação de um modelo de estruturação curricular para as eletivas também mostrou-se pertinente, diante dos iminentes desafios referentes ao currículo do ensino médio, por determinação da Lei nº 13.415/2017. À vista disso, foi sugerido um Plano de Ação Educacional (PAE), organizado em duas partes: a primeira, em torno das ações a serem implementadas em cada um dos grupos temáticos abordados nos instrumentos de pesquisa; a segunda, com uma possibilidade de estruturação curricular para os tempos eletivos na escola pesquisada, articulando os quatro eixos estruturantes indicados nos Referenciais Curriculares para a Elaboração de Itinerários Formativos, as cinco áreas do conhecimento e os oito eixos temáticos propostos pela SEDUC-CE. Os quadros 1 e 2, a seguir, sintetizam o conteúdo das duas partes do referido PAE.

Quadro 1 – Síntese das Ações da Primeira Parte do PAE³

Plano de Definição, Registro e Divulgação das Orientações aos Estudantes	
Ações	Definição e registro das orientações a serem prestadas aos estudantes quanto à escolha das atividades eletivas.
	Divulgação aos estudantes das informações relativas à escolha das atividades eletivas.
Plano de Universalização e Sistematização do Planejamento das Atividades Eletivas	
Ações	Apresentação do Catálogo de Eletivas e definição e registro dos critérios de seleção das atividades e de seus respectivos responsáveis.
	Divulgação do prazo para proposição das atividades eletivas.
	Consulta prévia aos estudantes sobre as atividades eletivas.
	Proposição e seleção de atividades eletivas.
	Oferta semestral de atividades eletivas.
	Organização dos horários dos tempos eletivos.
	Registros dos planejamentos das atividades eletivas.
Plano de Normatização do Controle da Frequência das Turmas de Eletivas	
Ações	Conscientização sobre a necessidade do controle da frequência das turmas de eletivas.
	Monitoramento do controle da frequência das turmas de eletivas e de sua carga horária mensal e semestral.
Plano de Institucionalização dos Procedimentos de Avaliação para as Eletivas	
Ações	Análise, definição e registro dos procedimentos de avaliação das atividades eletivas.
	Debate, definição e registro dos procedimentos de avaliação dos estudantes das turmas de eletivas.
	Monitoramento do desempenho dos estudantes e avaliação das atividades executadas nos tempo eletivos.
Plano de Enfrentamento de Outras Dificuldades Identificadas	
Ações	Compartilhamento de arquivos armazenados em nuvem pertinentes às atividades eletivas.
	Troca de informações sobre as atividades eletivas através de uma página exclusiva.
	Parcerias com outras instituições governamentais ou empresas privadas e com membros da comunidade.

³ Quadro de elaboração própria, adaptado do PAE apresentado na pesquisa.

Quadro 2 – Síntese da Segunda Parte do PAE (Modelo de Estruturação Curricular)⁴

ITINERÁRIOS FORMATIVOS / EIXOS ESTRUTURANTES	Área de Linguagens e suas Tecnologias	Área de Matemática e suas Tecnologias	Área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Formação Técnica e Profissional
Investigação Científica	Exemplo de eletiva: Espanhol Básico. Eixo temático: Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum.	Exemplo de eletiva: Raciocínio Lógico. Eixo temático: Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum.	Exemplo de eletiva: Introdução à Astronomia. Eixo temático: Educação Científica.	Exemplo de eletiva: Clube de Práticas de Direito. Eixo temático: Clube Estudantil.	Exemplo de eletiva: Profissão e Carreira. Eixo temático: Mundo do Trabalho e Formação Profissional.
Processos Criativos	Exemplo de eletiva: Dança. Eixo temático: Artes e Cultura.	Exemplo de eletiva: Clube do Xadrez e Jogos de Tabuleiro. Eixo temático: Clube Estudantil.	Exemplo de eletiva: Botânica. Eixo temático: Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum.	Exemplo de eletiva: Construindo uma Escola Sustentável. Eixo temático: Educação Ambiental e Sustentabilidade.	Exemplo de eletiva: Cinema e Audiovisual. Eixo temático: Artes e Cultura.
Mediação e Intervenção Sociocultural	Exemplo de eletiva: Libras - Língua Brasileira de Sinais. Eixo temático: Comunicação, Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.	Exemplo de eletiva: Educação Financeira. Eixo temático: Mundo do Trabalho e Formação Profissional.	Exemplo de eletiva: Educação Nutricional. Eixo temático: Esporte, Lazer e Promoção da Saúde.	Exemplo de eletiva: Educação para o Trânsito. Eixo temático: Educação em Direitos Humanos.	Exemplo de eletiva: Recreação e Animação Turística. Eixo temático: Esporte, Lazer e Promoção da Saúde.
Empreendedorismo	Exemplo de eletiva: Futsal. Eixo temático: Esporte, Lazer e Promoção da Saúde.	Exemplo de eletiva: Matemática Aplicada à Construção Civil. Eixo temático: Aprofundamento de Conteúdos da Base Comum.	Exemplo de eletiva: Gerenciamento de Resíduos. Eixo temático: Educação Ambiental e Sustentabilidade.	Exemplo de eletiva: Relações Cidades. Eixo temático: Mundo do Trabalho e Formação Profissional.	Exemplo de eletiva: Suporte e Manutenção de Computadores. Eixo temático: Comunicação, Uso de Mídias, Cultura Digital e Tecnológica.

⁴ Quadro de elaboração própria, adaptado do PAE apresentado na pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada neste artigo, que tratou da identificação e do exame das dificuldades impostas à gestão durante o processo de implementação das atividades eletivas do tempo integral na EEMTI Matias Beck, apontou, a partir dos resultados da pesquisa, alguns desafios, confirmando o argumento lançado pelo estudo de que o caráter recente da aludida política, cuja consolidação ainda estaria em andamento, poderia estar comprometendo a efetiva adequação da escola ao Programa EMTI, favorecendo, desse modo, o surgimento de adversidades à gestão das eletivas, entre elas, problemas envolvendo a uniformização das informações prestadas aos estudantes, a universalização e a sistematização dos planejamentos, a normatização do controle da frequência, a institucionalização dos procedimentos de avaliação, a compreensão do funcionamento das atividades, a limitação de recursos humanos e materiais, a evasão e a falta de assiduidade e de comprometimento dos alunos.

Tal constatação justificou a proposição de um Plano de Ação Educacional que apresentou estratégias de enfrentamento às questões relatadas. No PAE, além dos ajustes recomendados pelas ações, foi sugerido um modelo de estruturação curricular para as eletivas que integra as atividades e seus respectivos eixos temáticos aos cinco itinerários formativos, previstos pela Reforma do Ensino Médio, e seus quatro eixos estruturantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Educação integral**. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CAVALIERE, A. M. V. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13940.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CEARÁ. Lei n. 16.287, de 20 de julho de 2017. Institui a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, CE, 21 jul. 2017a.

_____. Secretaria da Educação. **Projeto Político-Pedagógico – Ensino Médio em Tempo Integral na rede estadual do Ceará**. Fortaleza, CE, 2017b.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/45/42>>. Acesso em: 02 set. 2018.

FELÍCIO, H. M. S. Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 01-18, abr. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9035/6634>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GALIAN, C.V. A.; SAMPAIO, M. M. F. Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 2, p. 403-422, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss2/articles/galian-sampaio.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

GUARÁ, I. M. F. R. É imprescindível educar integralmente. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, ano 1, n. 2, p.15-24, 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/168/197>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ZANARDI, T. A. C. Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 82-107, jan./mar. 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/viewFile/26354/19389>>. Acesso em: 21 mar. 2018.